



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Moradia Estudantil: Território da Coletividade

Student Housing: Territory of the Collectivity

Prof. Dr. Ricardo Socas Wiese, Arquiteto e Urbanista, Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, ricardo.wiese@uffs.edu.br

Joana Pinotti Zin, Arquiteta e Urbanista graduada pela UFFS, joanapinottizin@gmail.com

Eduarda Beatriz Valandro da Silva, Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS, eduardavs_@hotmail.com

Karine Grasel Zimmermann, Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS, karinezimmermann@hotmail.com

RESUMO

A moradia estudantil é abordada neste trabalho como um território urbano que têm em sua formação práticas sócio-culturais e mobilização política, envolvendo a experiência coletiva como principal eixo estruturante. Diante disso, é considerada como um equipamento público, protagonista da vida universitária e do campus. No atual contexto, caracterizado pela expansão das instituições de ensino superior e a ampliação do acesso à universidade, se faz necessário intensificar a discussão acerca dos espaços universitários e dos instrumentos e políticas de permanência dos estudantes. Para isso, o artigo retoma a moradia estudantil como espaço fundamental para a consolidação da universidade. Após décadas de repressão ao espaço de mobilização estudantil, a moradia universitária ressurgiu, alimentando a discussão para além de uma política assistencialista que busca garantir o acesso e a permanência dos estudantes, demonstrando o seu potencial de integração com a cidade contemporânea, de fortalecimento da autonomia do estudante, da construção de identidades sociais e espaciais e de novas redes de sociabilidade. Nesse sentido, o presente artigo aborda reflexões e resultados de uma pesquisa que buscou contribuir com esta discussão, a partir da abordagem da arquitetura e do urbanismo, tendo como objetivo a elaboração de diretrizes projetuais que evidenciam o potencial da moradia estudantil como um equipamento público socializador, formador e integrador no espaço urbano.

Palavras Chave: moradia estudantil, espaço público, integração urbana, prática sócio-cultural, identidade

ABSTRACT

The student housing is approached in this work as an important urban territory, which has social and cultural practices in its formation, and political mobilization, evolving the collective experience as the main structuring axis. Regarding this aspects, the student housing is considered as a public equipment, protagonist of the university life and of the campus. In this current Brazilian university context, characterized by the expansion of tertiary education institutions and the enlargement of the entrance to the university, it turns necessary to intensify the discussion about university spaces and policies of students sojourn. Therefore, this article takes over the student housing as a fundamental space for the university consolidation. After decades of abandonment due to the military regime which stopped this space of student mobilization, the student housing return to intensify the discussion beyond a welfare benefit that aims to ensure the students entrance and sojourn in the university, showing its potential of integration with the contemporary city, improvement of students autonomy, construction of social and spatial identity and social networking. Considering this, this article approaches to impressions and results of a Research that aims to collaborate with this theme, from this architectural and urbanistic approach, having as objective the creation of design guidelines that highlight the potential of the student housing as a public socializer equipment, former and connector in the urban space.

Keywords: student housing, public space, urban integration, social and cultural practice, identity.

INTRODUÇÃO

A partir de políticas e programas sociais implementados no Brasil nos últimos anos foi estimulado o processo de expansão das universidades brasileiras, ampliando assim o acesso ao ensino superior, principalmente pelas camadas mais populares. Diante de tais transformações, houve grandes avanços em torno de políticas assistencialistas que pudessem garantir a permanência dos estudantes durante seu período de formação e reduzir a evasão universitária. Entre as inúmeras pautas a moradia estudantil destaca-se a enquanto política de assistência para permanência estudantil.

No atual contexto das universidades brasileiras, a moradia estudantil se coloca como um tema de fundamental importância, considerando o crescimento desenfreado do déficit de vagas e a difusão e distorção no uso de instrumentos para a garantia da permanência estudantil e que tem se mostrado ineficazes como solução dos problemas. Diante de anos de repressão e falta de incentivo é preciso retomar o debate e alimentar reflexões acerca do potencial da moradia estudantil e seu papel de protagonismo na vida universitária, também por seu caráter político, enquanto espaço da coletividade e de mobilização da juventude.

Em contrapartida, os projetos e espaços para a moradia estudantil então desenvolvidos, vêm sendo concebidos sem grandes inovações acerca de seus conceitos e de sua real importância no contexto universitário. A maioria destes projetos são implantados com carência de infraestrutura, buscando apenas atender uma pequena parte do número de vagas necessárias, fornecendo abrigo a estudantes menos favorecidos financeiramente. Nestes, não se considera os vários aspectos relacionados as características físicas, sociais e urbanas, deixando de desenvolver e explorar as potencialidades da moradia estudantil enquanto um espaço fundamental para o desenvolvimento da identidade social e espacial, pelo seu caráter socializador e formador. Ainda, se faz urgente a discussão coletiva acerca do atual modelo de campus universitário, a configuração de seus espaços e sua contribuição na vida e na dinâmica do campus, assim como, sua integração com a cidade.

Nesse sentido, este artigo busca resgatar a moradia estudantil enquanto espaço coletivo de socialização e palco para construção da cidadania, questões abandonadas após a ditadura militar, quando as moradias estudantis sofreram forte repressão e foram freadas durante anos nos complexos universitários, por se destacarem enquanto espaço potencial de mobilização da juventude devido ao ser caráter coletivo. Além disso, pretende-se destacar o potencial dessa coletividade para ampliar e fortalecer as relações entre universidade e cidade.

Para tanto, o artigo estruturou-se em três sessões, buscando evidenciar a abordagem proposta acerca da moradia estudantil, seus espaços coletivos e sua relação com a cidade e o campus. A primeira sessão, intitulada “A relação entre universidade e cidade e o protagonismo da moradia estudantil nesse processo”, remonta aspectos históricos que trazem o conceito de campus, cidade universitária e a própria moradia estudantil, assim como, a trajetória desses ao longo do tempo em diferentes lugares, então focando no contexto brasileiro. Na segunda sessão, intitulada “A ressignificação da moradia estudantil e os espaços da coletividade” apresenta-se reflexões quanto aos espaços da moradia estudantil enquanto equipamento multifuncional e seu papel na construção da coletividade, evidenciada pela relação entre universidade e cidade. Finalizando com a terceira sessão, o presente artigo apresenta alguns resultados e reflexões que são parte de um trabalho desenvolvido a partir de uma pesquisa intitulada “MORADIA ESTUDANTIL E RESSIGNIFICAÇÃO: Diretrizes para o projeto arquitetônico a partir dos espaços coletivos e de socialização”, concluída em 2016, trazendo diretrizes para projetos de moradia estudantil, as quais

buscam fortalecer as relações entre moradia estudantil, campus e cidade, reconfigurando a dinâmica atual.

A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E CIDADE E O PROTAGONISMO DA MORADIA ESTUDANTIL NESSE PROCESSO

Desde o surgimento das universidades, sempre buscou-se ocupar territórios configurando relações ora mais imediatas ou mais isoladas do seu entorno. A noção de campus universitário, entretanto, aparece somente no século XVIII nos Estados Unidos, modificando as estruturas até então estabelecidas. Assim, denominado *campus* do latim “campo”, remetendo a um modelo de território universitário afastado da cidade, considerado ambiente ideal para o desenvolvimento do conhecimento.

Segundo Malard et al. (2012) a partir da forma de organização espacial e urbanística nas universidades em países anglo-saxônicos, surgiu a ideia do campus, marcado por um modelo tradicional que previa o isolamento e a autossuficiência, geralmente negando as relações com a cidade. Sua estrutura era segregada da cidade e compartimentada, resultado da organização hierarquizada dos espaços de ensino e pesquisa.

A partir de então, essa visão alimentada pelas tendências do urbanismo modernista, expande-se internacionalmente, chegando ao Brasil e difundindo-se especialmente a partir da década de 30 como Cidades Universitárias.

É nesse meio urbano – o campus – onde as relações entre os membros da comunidade universitária são compartilhadas com os moradores, trabalhadores e frequentadores da área em questão. Porém, em um novo conceito de campus – o de Cidade Universitária – amplamente difundido a partir do séc. XX verifica-se um abandono das questões de relações com o meio urbano e com a população não universitária do entorno, pois suas áreas de destino são geralmente delimitadas, inclusive geograficamente, e concebidas previamente como cidade universitária moderna, o que de fato acaba reduzindo a tão desejada interação universidade e sociedade, causando um estreitamento das relações com o meio em que se insere. (JUNIOR, 2015)

Esse modelo foi implantado em boa parte das universidades brasileiras, em diferentes contextos e períodos, sempre acompanhado de críticas. Discute-se a carência de infraestrutura e equipamentos efetivamente construídos para garantir tal autossuficiência, mas, sobretudo, ao isolamento da cidade, evidenciando o caráter elitizado da universidade e ainda servindo como estratégia de valorização fundiária ou como contrapartida para a urbanização de áreas desprovidas de infraestrutura.

Diante disso, é necessário pensar a universidade contemporânea para que sejam reestabelecidas e/ou reforçadas as relações com a cidade, para que possa se efetivar a própria função social do complexo universitário, enquanto equipamento público.

A atividade universitária não suporta mais o isolamento e necessita de contatos imediatos e contínuos com a sociedade como um todo. De fato, enquanto no passado ela era voltada para o Estado ou alguns grandes complexos de produção que sozinhos condicionavam o desenvolvimento econômico, hoje, ao contrário, a universidade se volta para um conjunto amplo e diferenciado de atividades que dependem dela e de que ela, por sua vez, depende também. (MALRD, M; MACIEL, C., 2012)

Nesse sentido, o campus contemporâneo não deve ser pensado para a autossuficiência, pois trata-se de um território que necessita da vivência acadêmica integrada à cidade, das trocas com a comunidade e da valorização cultural a partir dessas relações.

Contudo, muitos complexos universitários ainda desconsideram as dinâmicas pedagógicas, estabelecendo somente parâmetros funcionais e, portanto, não considerando os espaços coletivos e de socialização como ferramentas fundamentais para atender a diversidade social e a convivência do espaço universitário para os estudantes.

Após um grande período de pouco incentivo a este tipo de estrutura, algumas universidades começaram a implementar modelos de moradia universitária que refletem, em boa parte, o contexto de segregação das cidades brasileiras e evidenciam o individualismo de seus usuários. São recriados pequenos “condomínios residenciais”, com acessos altamente controlados, isolados da cidade e até mesmo do próprio campus e com pouca qualidade ambiental ou diversidade de programa. Paralelamente, cresce também a aplicação de políticas paliativas de “auxílio moradia”¹, que representam soluções economicamente mais viáveis às instituições a curto prazo, mas que trazem uma série de outras consequências à vida estudantil e institucional.

Portanto, a discussão acerca da moradia estudantil insere-se no contexto atual como fator determinante para garantia de permanência na universidade, evidenciando seu papel como equipamento multifuncional que deve compor o programa de atividade para a vida no campus e para a vida na cidade, através de atividades individuais e coletivas que configurem uma urbanidade no local.

Assim, novas concepções de espaço universitário vem sendo discutidas, com um novo olhar diante das relações entre cidade e universidade e dentro do próprio campus universitário a partir da moradia estudantil, como aponta Andrade (in Arquitetura e Educação – campus universitários brasileiros, 2009):

É como elemento vivificador do processo de transformação da cidade atual que o campus universitário deverá repensar seu lugar na estrutura urbana, interagindo com a cidade contemporânea de modo ativo e ao mesmo tempo crítico ao oferecer um lugar público não apenas para usufruto da população em geral, como área de lazer que seus espaços abertos propiciam, mas também como território-usina de produções artístico-culturais e tecnológicas inovadoras e experimentais.

Para tanto, os espaços da universidade voltados às atividades sociais, culturais, políticas e também de ensino devem estar intrinsecamente ligadas, considerando-os como fatores determinantes para uma formação de qualidade e fundamentalmente crítica. Com isso, a moradia estudantil, enquanto equipamento público, entra como principal ferramenta para articular essas diferentes esferas, que só poderá ser efetivada a partir da permanência dos estudantes na universidade.

Além disso, a história da residência universitária no Brasil é marcada por uma trajetória de luta estudantil e mobilização política pois, como espaço coletivo e equipamento público, sempre alimentou a chama social e política dos jovens, servindo como berço de inúmeros movimentos estudantis, combatidos pelo governo sobretudo no período da ditadura militar.

¹Programa de auxílio monetário mensal destinado aos estudantes de graduação em conformidade ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de auxiliar na manutenção de despesas com moradia.

A partir daí, surge um novo olhar sobre o tema, questionando a eficácia do conceito de campus isolado, “Do ponto de vista sociocultural, o abandono da autonomia e do isolamento do campus resulta de motivações éticas e políticas, ligadas à elaboração de um novo tipo de participação dos intelectuais nos mecanismos de decisão pública” (MALARD et al., 2012).

O campus deve inicialmente, compreender a cidade como uma preexistência, integrando-se a essa organização que abrange o tecido urbano, os equipamentos públicos, serviços, parques, praças, sistema viário, e mobilidade, planejando seus espaços de forma aliada a esses elementos. A configuração desses espaços deve ser aberta e acessível a diferentes apropriações e públicos, fortalecendo a vivência coletiva.

A (RE)SIGNIFICAÇÃO DA MORADIA ESTUDANTIL E OS ESPAÇOS DA COLETIVIDADE

A partir da leitura da moradia estudantil enquanto equipamento multifuncional, destaca-se o potencial de integração com a cidade contemporânea, pois torna possível o encontro entre campus e comunidade, principalmente através de seus espaços coletivos e das atividades que pode proporcionar. Diante disso, são necessárias novas soluções e estratégias para os projetos de moradia estudantil, a fim de estreitar essas relações e evidenciar as suas potencialidades.

Assim, busca-se incentivar a continuidade do espaço urbano e público para dentro do campus, em um sistema de interação viva entre universidade e cidade, diluindo os limites, garantindo maior permeabilidade para fortalecer o uso comunitário, assim como intensificando a própria urbanidade do entorno a partir da vida universitária.

É nesse sentido, que Montaner et al. (2013) acreditam que novas políticas urbanas devem ser baseadas nos espaços públicos, nas edificações voltadas ao aprendizado, sociabilização e interação das pessoas, nos eixos de pedestres e ciclovias, estratégias que devem fomentar a diversidade e as relações intersubjetivas. É a partir desses conceitos que a moradia estudantil deve ser pensada de forma plural, disponibilizando a infraestrutura existente para uso de toda a comunidade, de maneira que possa interagir com a comunidade acadêmica, criando um espaço diverso ao mesmo tempo que ela seja elemento de ligação entre universidade e cidade.

Scoaris (2012) conclui que a interface entre a moradia universitária e a vizinhança próxima caracteriza-se como um espaço envolvente, também considerando Jacobs (2003 apud Scoaris, 2012, p. 156) quando afirma que o entorno se tornaria mais interessante quanto maior fosse o número de motivos, e em diferentes horários, existam por frequentá-los. O autor acredita que lugares com um fluxo considerável de pessoas ou onde as pessoas se apropriem dos espaços externos aos edifícios se tornam mais agradáveis e seguros.

“A atividade habitar, por sua relevância no cotidiano das pessoas, atrai movimentação e interação, principalmente em um contexto de experimentação e descobertas como no caso dos campi universitários. Essa movimentação natural, quando estimulada, pode transcender a mera necessidade de abrigo - ao aspecto funcional - e configurar um real lugar da urbanidade.” (RAMOS, 2010).

Diante disso, evidencia-se o caráter da moradia enquanto equipamento público, como forma de fortalecer a superação dos conceitos de isolamento e autossuficiência, inerentes ao modelo tradicional de campus.

No cenário nacional atual, estruturado pela ampliação ao acesso à universidade e a necessidade de novas políticas de permanência estudantil, as discussões acerca do tema começam a ser retomadas, buscando soluções que garantam condições para que os estudantes desempenhem suas atividades acadêmicas com qualidade e diminuindo os números de evasão nos cursos de graduação. Para isso, é preciso também conceber a moradia estudantil com o potencial de construir identidades, estabelecer novas redes de sociabilidade e pode ser entendida como um espaço de fortalecimento da autonomia estudantil. Ao contrário de como vem sendo desenvolvida em várias universidades brasileiras, que se limitam a discutir a temática somente sob a abordagem assistencialista, buscando apenas atender uma pequena parte do número de vagas necessárias, fornecendo abrigo a estudantes menos favorecidos financeiramente e deixando excluídos outros aspectos relacionados ao tema, assim como, individualidade, coletividade, formação de identidade, etc.

Nesse sentido, busca-se a ressignificação da moradia estudantil, pois esta destaca-se como espaço protagonista da vida universitária e, a partir de sua configuração no tecido urbano, pode intensificar e fortalecer as relações entre universidade e cidade.

A moradia é compreendida não como um equipamento para autossuficiência universitária, mas pelo seu potencial enquanto complexo multifuncional, capaz de articular uma grande diversidade de atividades necessárias para a vida universitária, mas sobretudo, com potencial de integração com a cidade e o entorno urbanizado.

As leituras apresentadas aqui têm alimentado nossas reflexões e o debate acerca do papel da moradia estudantil no espaço universitário e a cidade contemporânea. Este processo de reflexões e debates coletivos tem sido estimulado em diversos momentos ao longo dos anos, ao interno de disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo, assim como, em Trabalhos Finais de Graduação. Ao longo deste processo, foi identificada a necessidade de aprofundar e organizar alguns conceitos que vinham conduzindo tais discussões, incentivando atividades de pesquisa e promovendo a síntese do conhecimento produzido para alimentar futuras discussões.

Acreditamos que o envolvimento de alunos da graduação nas pesquisas propostas seria de fundamental importância, diante da própria natureza da temática. Desta forma, este artigo apresenta parte de uma pesquisa desenvolvida, como iniciação científica, contando com a participação de estudantes de diferentes fases do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O objetivo principal da pesquisa desenvolvida foi construir diretrizes para o projeto de moradia estudantil, partindo de reflexões que têm como eixo estruturante os espaços coletivos e de socialização, buscando verificar o potencial destes na contribuição para uma (re)significação da moradia estudantil no atual contexto universitário brasileiro.

As atividades da pesquisa e seus resultados estenderam-se sobre diversos campos, e o presente artigo busca evidenciar as discussões acerca do potencial da moradia estudantil enquanto equipamento multifuncional, capaz de criar costuras menos precisas entre universidade e cidade através de seus espaços coletivos, difundindo sua identidade cultural, social e urbana.

O PROCESSO DE PESQUISA E DISCUSSÃO

O estudo proposto pautou-se pelas reflexões a partir dos espaços coletivos e socializadores como eixo estruturante (físico e político) da residência universitária, verificando a contribuição destes espaços para o fortalecimento do próprio conceito de universidade/comunidade. A metodologia para a pesquisa estruturou-se em quatro momentos distintos.

O primeiro (A), de fundamentação teórica, baseou-se na revisão bibliográfica acerca do tema e da abordagem proposta. A pesquisa desenvolveu-se em torno de referências teóricas que auxiliaram a construção de um olhar crítico reflexivo para a temática da moradia estudantil, a configuração dos espaços, suas relações intrínsecas com o entorno do campus e com a cidade. Para tanto, ampliou-se o olhar sobre o tema, considerando o campus universitário como um espaço complexo, cuja configuração espacial e urbanística está intimamente ligada a questões de funcionalidade, de comportamento e de integração com a cidade.

Na etapa seguinte (B), a investigação foi direcionada ao “estudo de caso”, por meio de uma análise crítica e qualitativa de projetos submetidos ao recente concurso para moradias estudantis da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), promovido pelo IAB – SP (Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo). Esta etapa tinha o objetivo de identificar critérios de projeto a partir de soluções projetuais utilizadas e que teriam potencial de contribuição para os objetivos da pesquisa. A escolha do estudo de caso foi definida, entre outros fatores, por sua atualidade e inovação com o tema.

Esta foi desenvolvida com a elaboração de Fichas de Análise para cada projeto estudado e os resultados organizados em tabelas. Na pesquisa, a moradia foi considerada desde sua relação com a cidade, até os espaços e relações internas, com potencial para fortalecer a coletividade.

A etapa final (C) buscou sistematizar o conteúdo das anteriores e, a partir de um olhar crítico reflexivo, construir diretrizes para o projeto de moradia estudantil, que possam contribuir para a discussão e definição de políticas e projetos no contexto brasileiro, considerando um novo olhar para a construção dos espaços universitários. Além disso, as diretrizes desenvolvidas partiram da compreensão das inúmeras relações que podem ser potencializadas no complexo da Moradia Estudantil para fortalecer a coletividade e a relação com a cidade. Desta forma, a etapa de síntese e proposição foi desenvolvida em dois momentos.

O primeiro momento de síntese implicou na elaboração de um quadro inicial com “Critérios e Diretrizes”, constando os itens identificados nos Estudos de Caso como principais critérios, bem como as estratégias apontadas nas soluções de projeto.

No segundo momento, foi desenvolvido o “Quadro Síntese de Diretrizes”, considerando os critérios sintetizados na tabela anterior, porém contendo as reflexões e as propostas do grupo da pesquisa enquanto diretrizes – alternativas de projeto/possibilidades projetuais – com grande potencial de aplicação na moradia estudantil. Além disso, destacando a contribuição dos espaços coletivos e de socialização na construção de um novo conceito de moradia estudantil e na relação com os espaços universitários e com o tecido urbano, bem como na formação dos sujeitos.

TABELA DE CRITÉRIOS E DIRETRIZES		
1. PROJETO/ RELAÇÃO COM A CIDADE		
CRITÉRIOS		DIRETRIZES
1.1	Integração com o entorno urbano (p. 29)	PROPORCIONAR ACESSOS E ESPAÇOS QUE CONVIDAM AO CONVÍVIO: Sugere-se que os acessos direcionem os usuários para espaços coletivos, de estar ou praças, estimulando o convívio entre os estudantes, por meio da continuidade de vias para pedestres e ciclistas, de espaços comunitários, de circulações, áreas livres e amplas visuais para áreas externas.
1.2	Relação com o contexto local não-urbanizado (p. 29)	CRIAR URBANIDADE: A moradia pode oferecer ambientes, equipamentos e atividades que servem de apoio ao meio em que está inserida, disponibilizando serviços inexistentes no contexto de campus localizados em áreas rurais.
1.3	Acessos e Organização espacial (p. 30)	POSSIBILITAR ÁREA EXTERNA LIVRE DE LIMITES FÍSICOS: É interessante considerar o acesso permeável, sem a necessidade de utilizar muros ou grades, proporcionando uma área externa do complexo da residência universitária livre para uso da comunidade e da cidade.
		FACILITAR O ACESSO AOS PEDESTRES: O acesso das pessoas para dentro do complexo da moradia pode ser facilitado através da criação de vias de pedestres que incentivem a apropriação dos espaços públicos.
		GERAR ESPAÇOS COLETIVOS PARA USO COMUNITÁRIO: A interação entre a comunidade da moradia e a comunidade externa, pode acontecer através da disponibilização de atividades e eventos diversificados nos espaços coletivos.

Fragmento do Quadro “Critérios e Diretrizes”. Fonte: Acervo dos autores.

2. PROGRAMA (Atividades/ usos)		
CRITÉRIOS		DIRETRIZES
2.1	Interação dos equipamentos da moradia com o contexto local (p. 31)	PROPORCIONAR ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE: Embora o entorno imediato de uma universidade atraia uma certa infraestrutura de comércio e serviços, vários destes também podem ser oferecidos em espaços integrados a própria moradia, através de equipamentos voltados à alimentação, ao fornecimento de materiais didáticos e serviços relacionados, caixas eletrônicas, etc.
2.2	Integração coletivo e privado (p. 31)	INTEGRAR ESPAÇOS COLETIVOS E PRIVADOS: A integração desde os espaços coletivos mais gerais até os mais imediatos às moradias, pode acontecer a partir de diferentes ambientes, principalmente por meio das circulações e áreas de transição, que além de possibilitarem o contato visual com os espaços da moradia, estimulam a aproximação e a socialização entre os usuários.
2.3	Relação da acessibilidade universal com os espaços coletivos (p. 32)	ESTIMULAR A COLETIVIDADE ATRAVÉS DOS ELEMENTOS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL: É interessante criar espaços flexíveis quanto ao layout e ergonômicos, dando a liberdade para que os moradores possam organizar da maneira mais adequada e confortável. Ainda, as circulações horizontais e verticais, além de possibilitarem o acesso universal, podem ser projetadas de modo a estimular a coletividade.
2.4	Atividades/ usos coletivos (p. 32-34)	PROPORCIONAR ATIVIDADES COLETIVAS E QUE ESTIMULEM OS ENCONTROS: O projeto pode direcionar aos encontros por meio da continuidade de espaços públicos de convívio e lazer externos, por exemplo, com espaços livres de edificações em escalas diversificadas. Além destes, pequenos e médios espaços mais voltados à integração entre os moradores, que convidem ao encontro e a socialização.
		INCENTIVAR A PROPAGAÇÃO DAS DIFERENTES CULTURAS: A coletividade pode ser estimulada com a inserção de elementos culturais no cotidiano dos estudantes, podendo aliar o conforto e a socialização em diferentes estratégias, possibilitando a troca de valores por meio da culinária ou das reuniões nos ambientes aquecidos. Os espaços livres também são interessantes para o desenvolvimento de atividades regionais típicas.
		PROPORCIONAR ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER EM ESCALAS VARIADAS: As atividades esportivas e de lazer podem acontecer em espaços livres, sem que haja um equipamento ou local específico, dando liberdade para que diferentes atividades coletivas se realizem, como capoeira, yoga, etc. De forma semelhante, pode ser projetados os espaços híbridos, que permitem a convivência e ao mesmo tempo funcionam para lazer.
		DESENVOLVER OFICINAS TEMÁTICAS QUE ATENDAM A COMUNIDADE EM GERAL: É interessante que o espaço da moradia também possa oferecer oficinas temáticas para que os moradores possam ensinar e aprender tarefas do dia-a-dia, como oficinas de eletricidade, culinária, jardinagem, encanamento, etc. Estas oficinas também podem ser voltadas à comunidade externa, atendendo diferentes públicos.

Fragmento do Quadro “Síntese de Diretrizes”. Fonte: Acervo dos autores.

Buscando direcionar as reflexões ao enfoque dado a pesquisa, esta etapa do estudo possui um caráter de síntese, assim como um caráter reflexivo e propositivo, sistematizando e propondo as diretrizes. Estas foram construídas a partir de discussões em grupo, resultando na elaboração de diagramas e desenhos conceituais que complementam as descrições textuais.

(RE)SIGNIFICAÇÃO A PARTIR DE DIRETRIZES PROJETUAIS

Neste artigo são apresentados alguns critérios com diretrizes de projeto que foram desenvolvidos como síntese e resultado da pesquisa. Embora a pesquisa ainda aborde outros aspectos relacionados ao tema, reunindo um maior número de critérios e diretrizes, neste artigo apresentam-se aquelas que destacam a moradia estudantil enquanto protagonista da vida universitária, promovendo sua (re)significação, e também que evidenciam seu potencial e integração entre universidade e cidade.

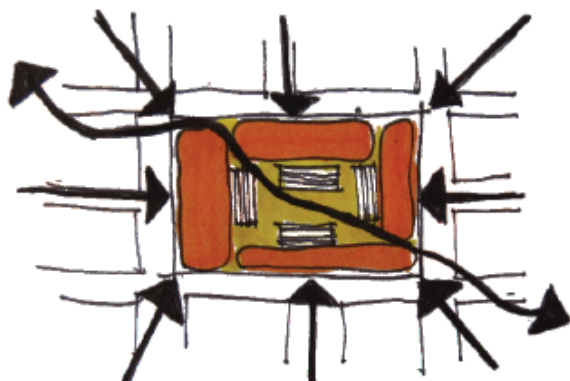
CRITÉRIO 1 - PROJETO/ RELAÇÃO COM A CIDADE

A pesquisa compreende o projeto e a sua relação com a cidade, na medida em que a moradia estudantil se configura a partir das relações coletivas que acontecem dentro do espaço público e das relações criadas com o entorno urbano consolidado. É através da fluidez dos acessos e da flexibilidade e dinamização dos espaços, que se torna possível a conexão com a cidade. Dessa forma, a moradia estudantil cria vínculos com a comunidade externa, tornando-se uma extensão das atividades públicas comunitárias e possibilita uma pluralidade de funções que são inerentes à vivência coletiva.

SUGEREM-SE ASSIM, DIFERENTES FORMAS PARA FACILITAR E FORTALECER A INTEGRAÇÃO DA MORADIA COM O SEU ENTORNO.

Diretriz 1.1. Proporcionar acessos e espaços que convidam ao convívio

A moradia estudantil é um espaço de prática da coletividade e de integração com a cidade, que acontece através das relações que são criadas entre a comunidade acadêmica e os moradores do entorno. É importante que o projeto esteja inserido na paisagem como um elemento de conexão e continuidade do espaço urbano local, fortalecendo a sua condição de equipamento público, o que pode acontecer por meio de vias para pedestres e ciclistas, espaços comunitários, circulações, áreas livres e amplas visuais para as áreas externas, por exemplo. Os acessos e espaços de encontro da moradia estudantil podem ser organizados integrando-os ao entorno da cidade, como um convite à comunidade local. Quando os espaços de uso coletivo possuem o acesso facilitado, se tornam convidativos às pessoas e induzem a permeabilidade, permitindo a livre circulação dos usuários.



Proporcionar acessos e espaços que convidam ao convívio. Fonte: Acervo dos autores.

CRIAR URBANIDADE

Os ambientes coletivos relacionados à moradia estudantil, aliados a um programa variado, podem dar apoio aos espaços universitários e a toda a comunidade acadêmica, por meio de ambientes de convívio e apoio didático, como áreas de estudo, auditório, apoio a projetos de extensão e pesquisa, etc. Da mesma maneira, podem auxiliar a suprir a demanda de infraestrutura de serviços para a comunidade externa, como por exemplo em um Campus inserido em um contexto urbano não consolidado, através de caixas eletrônicos, lanchonetes, espaços de estar, entre outros.



Criar urbanidade. Fonte: Acervo dos autores.

Algumas estratégias de projeto, também podem ser utilizadas para fortalecer o uso e convidar a comunidade a adentrar ao complexo universitário, por meio dos acessos e da organização espacial, para que este possa cumprir a sua função social enquanto equipamento público.

POSSIBILITAR ÁREA EXTERNA LIVRE DE LIMITES FÍSICOS

A moradia estudantil deve ser acessível à comunidade local, incentivando as pessoas à utilizarem os espaços externos, participarem das atividades culturais desenvolvidas e apropriarem-se das praças e áreas de lazer. Para isso, é importante que não sejam utilizados muros ou grades com a intenção de proporcionar segurança aos usuários, mas sim, priorizar os acessos livres e convidativos, integrados à cidade. Em vez de incentivar a adoção de modelos de organização que remetem a “condomínios fechados” priorizar a urbanidade e a movimentação de pessoas, assim como coloca Jacobs sobre a importância das calçadas e ruas para a vitalidade da cidade quando as pessoas utilizam este espaço público, como aponta Gavazza (2013) em resenha do livro “Morte e vida de grandes cidades” da autora citada: “O contato (entre as pessoas) transmite mais vida às ruas e calçadas e este contato não deve ter limites físicos”.

Havendo a necessidade de delimitar o acesso a determinadas áreas, buscar criar espaços de transição, utilizando de desníveis com rampas ou escadarias, por exemplo, incluindo também vegetação e áreas de estar e descanso para o transeunte.

FACILITAR O ACESSO AOS PEDESTRES

É interessante que a moradia tenha vias voltadas exclusivamente aos pedestres, que direcionem os transeuntes para dentro da moradia, como continuação do espaço urbano. Dessa forma, integrando o caráter urbano ao equipamento público da habitação estudantil e caracterizando espaços públicos dentro do complexo, com extensões de praças, parques, etc.



Área externa livre de limites físicos e Facilitar o acesso aos pedestres. Fonte: Acervo dos autores.

GERAR ESPAÇOS COLETIVOS PARA USO COMUNITÁRIO

No projeto da moradia, podem ser planejados espaços coletivos que ofereçam diferentes atividades sociais, culturais, esportivas, entre outras, necessárias tanto para os estudantes quanto para uso de toda a comunidade, como uma forma de integrar a moradia à cidade, trocando experiências e saberes. Áreas com auditório, espaço para apresentações de teatro, cinema, salas multiuso com oficinas para atividades diversas e interação comunitária, horta, pomar, biblioteca, quadra poliesportiva, são alguns exemplos de espaços coletivos para uso comunitário.



Espaços coletivos para uso comunitário. Fonte: Acervo dos autores.

CRITÉRIO 2 - PROGRAMA

Por meio da configuração dos espaços universitários, a moradia estudantil cria zonas de transição e sobreposição ao tecido urbano, permitindo assim, a extensão do espaço público, abrigando funções que vão além da própria moradia, e que possam receber a comunidade por meio dos usos e das atividades que conectam-se ao entorno, promovendo a troca de experiências e, ainda, colaborando com a função social dessa vivência em conjunto. Os espaços também podem estar configurados de tal maneira, que estimulem a integração social entre os moradores, importante para o desenvolvimento pessoal dos estudantes. Além disso, o programa possibilita explorar a organização dos espaços do habitar, de forma a priorizar os espaços coletivos e diminuir os individuais, evidenciando o caráter público do espaço e de complexo multifuncional, que permite compartilhar a infraestrutura e os seus espaços com a comunidade.

DIRETRIZ 2.1. PROPORCIONAR ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE

Dadas as circunstâncias de inserção da maioria das moradias estudantis, é válido destacar a necessidade de planejamento das atividades de comércio e serviços que deverão suprir as demandas da comunidade local, uma vez que, o programa arquitetônico de um equipamento como a moradia gera demandas diárias de consumo. Embora o entorno imediato de uma universidade atraia uma certa infraestrutura de comércio e serviços direcionados a comunidade acadêmica, como mercados, padarias, restaurantes, bares, copiadoras, papelarias, caixas eletrônicos, entre outros, vários destes serviços também poderiam ser oferecidos em espaços integrados a própria moradia, permitindo assim, criar costuras menos precisas de interação com a cidade. Estes espaços também podem suprir a carência deste tipo de infraestrutura em situações onde o entorno não os fornece, além de reduzir os grandes deslocamentos diários em busca de suprimentos, o que fortalece a relação do equipamento com a comunidade externa e garante que o entorno imediato seja beneficiado pela infraestrutura implantada.

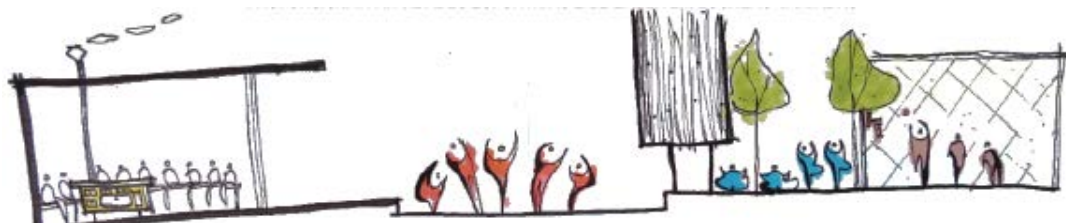


Atividades de comércio e serviços para a comunidade. Fonte: Acervo dos autores.

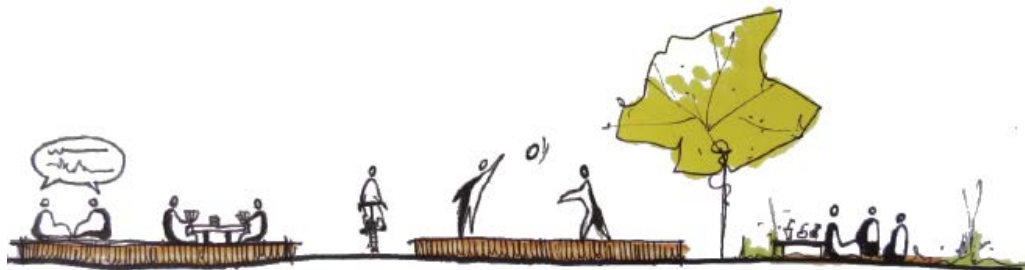
O programa também pode proporcionar que as atividades desenvolvidas, seja nos espaços livres de edificações ou não, possam ser utilizadas de diferentes maneiras e por diferentes públicos internos e externos, integrando-se à cidade e reforçando o caráter coletivo da moradia.

PROPORCIONAR ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E DE LAZER EM ESCALAS VARIADAS

Muitas atividades voltadas ao lazer e ao esporte dentro do complexo da moradia podem convidar ao uso da comunidade externa, mitigando a carência por equipamentos públicos de lazer na cidade e integrando-se a ela. Além disso, a implantação de equipamentos de uso público para esporte, por exemplo, ou espaços que possuam a livre apropriação para a prática, podem ser grandes aliados para a coletividade dentro da moradia estudantil, porque permitem o uso simultâneo da comunidade interna e externa, estimulando a socialização. Ainda, podem proporcionar lazer para os moradores da ME, já que muitos não têm outra alternativa ou possibilidade de acesso a outros equipamentos, muitas vezes devido à distância e até mesmo ao custo do deslocamento. Além disso, os espaços onde se realizam podem ser configurados de diferentes formas, como extensões das vias públicas ou das atividades que porventura aconteçam externas ao complexo, como feiras, corredores verdes com ciclovias ou áreas para piquenique, por exemplo, convidando a comunidade a adentrar e utilizar o espaço público da moradia como um local para o lazer comunitário. Já dentro do complexo, áreas arborizadas ou equipamentos simples podem tornar-se ambientes para prática de capoeira, yoga, etc, ou espaços híbridos, que podem abrigar mais de uma atividade simultaneamente ou conformar diferentes atividades ao longo do dia. Isto pode ser destacado a partir de uma quadra poliesportiva multiuso e aberta, que possua uma cesta de basquete, por exemplo, permitindo a convivência e o lazer simultaneamente, possibilitando o uso mais informal do equipamento. Além disso, esses espaços podem ter caráter variado e em diferentes escalas. Desde espaços para o estar, a leitura de um livro, o contato com a natureza e com os outros, assim como atividades mais coletivas, que proporcionem diferentes formas de apropriação, de uso público e flexível, como áreas para projeções de filmes ao ar livre, encontros, prática de atividades corporais, espaço para apresentações artísticas, até áreas para contemplação e meditação.



Atividades esportivas e de lazer em escalas variadas. Fonte: Acervo dos autores.



Espaços externos de lazer. Fonte: Acervo dos autores.

As relações com a comunidade e a cidade, além de contribuírem com a formação do indivíduo, também podem ser reforçadas a partir do cuidado com a natureza no espaço externo da moradia, assim como no seu entorno.

GARANTIR A EXPERIÊNCIA E O CONTATO COM A NATUREZA

A moradia estudantil, principalmente nos casos em que está inserida em *Campus* localizados no contexto rural ou distante de áreas mais urbanizadas, e até mesmo quando implantadas em um contexto urbano costumam possuir algum espaço livre de edificações. Porém, esses espaços costumam ser pouco explorados no sentido de experimentações e contato com a natureza, que auxiliam na formação social dos sujeitos envolvidos. Plantar, colher e cuidar do próprio alimento ou do jardim, pode significar um grande incentivo para desenvolver a responsabilidade ambiental e social, estimulando a manutenção e o cuidado com lugar onde vive e com o meio ambiente. Além disso, a integração entre usuários e comunidade e a troca de experiências, envolvendo questões de sustentabilidade, também pode estar muito relacionada aos espaços externos. Esta convivência pode ser destacada através de hortas coletivas, principalmente modelos de hortas urbanas, além do cultivo de pomares e a jardinagem. Além disso, estas estratégias podem estar aliadas a comunidade externa podendo haver uma cozinha experimental na moradia, que possibilite a produção de produtos regionais, estimulando o comércio local por meio de feiras. Experiência esta, que pode ser trocada com a comunidade em geral, expandindo-se para outros locais da cidade e contando também com a aplicação pesquisas e projetos multidisciplinar.



Experiência e o contato com a natureza. Fonte: Acervo dos autores.



Cozinha experimental e feiras, estimulando o comércio local. Fonte: Acervo dos autores.

CRITÉRIO 3 - COLETIVIDADE

A moradia Estudantil, quando associada a espaços coletivos, é caracterizada como um ambiente formador com grande potencial integrador e de construção de identidade. Estas características fazem com que o local seja um aliado nas relações entre a cidade e o espaço acadêmico, evidenciando a moradia como uma extensão do espaço urbano, o qual acaba por fortalecer as vivências em conjunto. Os espaços coletivos possibilitam as trocas de experiências entre usuários, promovem a integração entre diferentes culturas, instigam novas atividades e convidam o usuário a vivenciar o espaço. Além disto, a coletividade possibilita ao usuário a construção de um viver em comunidade mais ativo e sustentável.

A coletividade pode ser incentivada na moradia, também por meio de espaços que permitam o uso comunitário para desenvolvimento de atividades culturais locais e regionais, proporcionando a troca de culturas e experiências, e reforçando o caráter de formação cultural da moradia universitária.

DIRETRIZ 3.1. ESPAÇOS QUE INCENTIVEM A CULTURA LOCAL

O contexto em que cada moradia se insere está associado aos costumes e a cultura local, levando em consideração o clima, as técnicas construtivas, elementos que caracterizem os costumes do lugar, etc. Assim, é importante considerar estas características locais na construção da coletividade dentro da moradia estudantil, trazendo a comunidade local para o desenvolvimento de atividades e troca de experiências com os usuários, auxiliando no aprendizado e na formação dos estudantes. Ambientes como cozinhas com fogão da lenha, áreas de convivência com lareira, fogo de chão nas áreas externas, salão multiuso para expressões corporais regionalistas, equipamentos de apoio à

atividades artísticas nas áreas livres e arte urbana, entre outros, são espaços que possibilitam a socialização e o incentivo às diferentes culturas dos estudantes e do local.



Espaços que incentivem a cultura local. Fonte: Acervo dos autores.

CRITÉRIO 4 - SUSTENTABILIDADE

Levando em consideração que a moradia estudantil possui caráter de formação de indivíduos, por meio de reflexões acerca do seu potencial no processo de construção de uma cidade mais sustentável, podem ser propostas configurações diferenciadas do espaço e da linguagem arquitetônica, não só através de mecanismos e estratégias de conforto e eficiência energética, mas de artifícios que demonstrem a dimensão social e educativa, a partir da moradia, de modo que a vivência coletiva interfira na construção da identidade dos usuários, que passaram a ter uma vida universitária mais inteirada com o meio ambiente e com noções conscientes de sustentabilidade.

Embora tenham sido desenvolvidas outras diretrizes para este critério, neste artigo, nos limitamos a apresentar apenas duas diretrizes, com o objetivo de ilustrar a abordagem proposta.

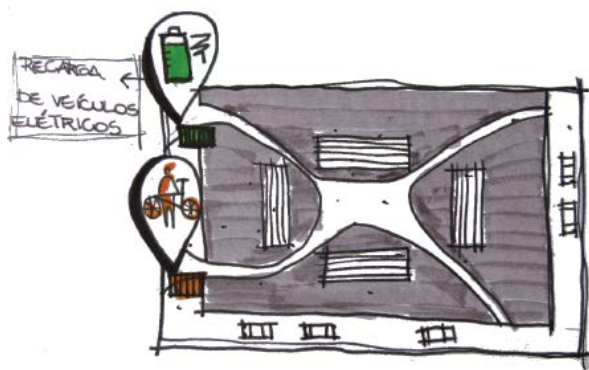
DIRETRIZ 4.1. OFICINAS TEMÁTICAS E COMUNITÁRIAS

Algumas estratégias podem estimular a construção de uma cidade mais sustentável, com atividades e usos que proporcionem interação social com a comunidade externa e integração urbana, proporcionando troca de experiências e formação dos sujeitos. As “Oficinas Temáticas”, por exemplo, possuem grande potencial de implantação, conforme aborda o trabalho de Grassi et al. (2010). Desenvolvem a autonomia dos indivíduos e a responsabilidade para uma vida na coletividade, além de contribuir para a construção da identidade. Tais oficinas podem oferecer desde cursos de eletricidade, pintura, reciclagem, artes, até culinária, cultivo de horta, etc, e podem contribuir nas relações entre a arquitetura e o usuário em várias dimensões. Já as oficinas comunitárias podem aproximar a comunidade da universidade e reforçar a responsabilidade social, pois contribuem tanto para a formação dos moradores quanto para a comunidade externa. Assim, oficina de artes visuais, música, dança, informática, etc., podem ser direcionadas a diferentes públicos, incentivando o convívio coletivo.

FACILITAR A MOBILIDADE POR MEIO DO TRANSPORTE COLETIVO OU NÃO POLUENTE

Priorizando o transporte público e as bicicletas, são alternativas que colaboram com a produção de espaços mais ativos, mais vivos e que estimulam a convivência coletiva e o uso do espaço público. É interessante considerar o uso de veículos motorizados individuais somente nas áreas perimetrais

do complexo da moradia. Ainda, além do uso do transporte coletivo dentro do complexo, pode ser incentivado o uso de ciclovias e oficinas de bicicletas para fortalecer esse modal e ampliar os diferentes campos de aprendizado. Dessa forma, quando são priorizadas as ruas de pedestres e as ciclovias, as áreas livres e públicas, como parques, podem ser melhor aproveitadas. Além disso, pode-se incentivar o uso dos veículos elétricos, com pontos de abastecimento de eletricidade, que também podem gerar novas pesquisas universitárias e projetos de extensão.



Facilitar a mobilidade por meio do transporte coletivo e não poluente. Fonte: Acervo dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com novas políticas implantadas nos últimos anos no país, iniciou-se um novo processo de expansão das Universidades Federais, ampliando o acesso ao ensino superior, principalmente das camadas mais populares. Assim, é retomada a importância da moradia estudantil enquanto política de assistência para permanência estudantil, bem como equipamento multifuncional fundamental para a vida universitária.

Dessa forma, a pesquisa buscou evidenciar e resgatar o caráter de coletividade da moradia estudantil e seu protagonismo nas relações entre universidade e cidade, para além de uma política assistencialista.

Os projetos utilizados como estudo de caso desta pesquisa, vieram a fortalecer essas reflexões, porque surgem neste momento com novas leituras e olhares sobre o tema da moradia estudantil no atual contexto da universidade brasileira, e serviram como importante embasamento e diagnóstico acerca da realidade contemporânea, além de contribuírem para a construção dos critérios e estratégias que fundamentaram as reflexões do grupo.

A partir das reflexões e discussões, buscou-se evidenciar a moradia estudantil, enquanto complexo multifuncional, a partir de seu potencial na construção da coletividade e na relação entre universidade e cidade, possibilitando integrar ambas, de modo a diminuir os limites físicos e evidenciar o seu caráter público. Além disso, afirma a sua contribuição para uma resignificação do campus universitário e da própria moradia estudantil na contemporaneidade, demonstrando a necessidade de relacionar-se com seu entorno urbano.

As diretrizes projetuais estudadas, discutidas e apresentadas ao longo da pesquisa apresentada, não tiveram o objetivo de organizar um catálogo de soluções arquitetônicas prontas para serem aplicadas, mas sim, o de sistematizar reflexões acerca do tema e que possam subsidiar as

discussões e decisões projetuais. Da mesma forma, alimentar o debate institucional acerca do papel da moradia estudantil nas universidades brasileiras e sua resignificação a partir do seu caráter de coletividade.

Os resultados aqui apresentados também devem ser interpretados a partir do contexto particular de cada universidade, suas características, seus alunos e sua relação com a cidade. Neste sentido, destaca-se a necessidade de desenvolver estudos aprofundados acerca do contexto de cada universidade (ou campus) para que sejam desenvolvidas as propostas adequadas a cada realidade.

Considerando o potencial de contribuição da moradia estudantil para o desenvolvimento e formação dos estudantes, a oportunidade de oferecer espaços de apoio institucional e de integração com a cidade e, ainda, o investimento institucional necessário para a construção, manutenção e gestão destes espaços, é evidente a necessidade de discussões mais aprofundadas acerca do tema. Para além da garantia de políticas assistencialistas adequadas a realidade das universidades brasileiras é preciso fomentar o debate para construir soluções de qualidade, do ponto de vista espacial como também pedagógico e de formação de sujeitos.

REFERÊNCIAS

- RAMOS, R. **Alojamento universitário como lugar no campus, caso CRUSP**, Enanparq: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, Brasil, 4-6, 2010.
- JUNIR, A.J.V. **Uma visão sobre alojamentos universitários no Brasil**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UNB, 2015.
- MALARD, M; MACIEL, C. **TERRITÓRIOS DA UNIVERSIDADE: Permanências e transformações**, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- MONTANER, J.M; MUXI, Z. **Residência estudantil da Unicamp** - Joan Villà, construções para a sociedade, Editora Vitruvius, 2013.
- SCOARIS, R.O. **O projeto de arquitetura para moradias universitárias: contributos para verificação da qualidade espacial**, São Paulo, 2012.
- GAVAZZA, N. **A cidade de Jane Jacobs e o planejamento urbano**. VITRUVIUS, 2013. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.137/4736>>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- SILVA, M.L.D; LANDA, B.D; GRASSI, M.F.O.M. **Repúblicas universitárias: produção de espaços e vivências**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Anais do Semex, 2010.
- PINTO, G. A; BUFFA, E. apud ANDRADE, C. R. M. **Arquitetura e Educação: câmpus universitários brasileiros**. EdUFSCar: São Carlos, SP, 2009.